Financiamento é desafio do Plano Nacional de Educação

Necessidade de efetiva execução de metas foi destacada por participantes de debate público

O sucesso do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado, e que estabelece metas para o segmento até 2024, está ligado ao financiamento das políticas públicas da área. A conclusão foi de deputados estaduais, federais, autoridades ligadas ao ensino em Minas e no Rio de Janeiro e representantes dos trabalhadores da educação, no debate público *O Plano Nacional de Educação e o Futuro da Educação Brasileira*, realizado ontem, no Plenário da Assembleia Legislativa (ALMG). A atividade foi uma iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e atendeu a requerimento do deputado Cristiano Silveira (PT).

GUILHERME BERGAMINI

Deputados, autoridades ligadas ao ensino e representantes de trabalhadores do setor participaram de discussão no plenário

> O PNE estabelece metas a serem cumpridas até 2024

Na mesa de abertura, coordenada por Paulo Lamac (PT), a secretária de Estado de Educação, Macaé Evaristo dos Santos, destacou que o plano nacional propõe uma agenda pública coletiva que garanta o acesso público à educação. Para ela, o desafio é garantir a execução do plano na próxima década. "O Estado tem muitas preocupações, entre elas a da construção e implementação dos planos municipais e da necessidade de se dar a devida atenção às especificidades regionais. Temos que garantir a equidade", alertou. A gestora estadual afirmou que o financiamento é o principal gargalo e que a ampliação da educação infantil e o atendimento à população de 15 a 17 anos merecem atenção.

O deputado federal Reginaldo Lopes (PT/MG) lembrou que o plano foi constitucionalizado, o que o torna um direito da população brasileira. Em sua fala, também disse que o maior desafio é sua efetiva implementação e que o sucesso será sua consolidação nos próximos 10 anos para promover uma transformação sem precedentes.

ESFORÇO - Já o deputado federal Domingos Sávio (PSDB/MG) pede que haja esforço de todos para que o plano proporcione real melhoria na educação. Segundo ele, originalmente, o PNE não propunha 10% do PIB, mas uma luta suprapartidária obteve esta conquista. "Fico preocupado com os cortes que têm sido feitos na educação, mas a bancada mineira terá uma emenda impositiva direcionada para a educação no total de R$ 150 milhões", anunciou.

O vereador de Belo Horizonte Adriano Ventura e o deputado federal Edson Moreira (PTN/MG) defenderam a busca por uma educação diferenciada para todos e todas.

Os deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo (ambos do PT) concordam com a importância do debate ampliado e destacaram que Minas Gerais também discute seu plano estadual. "Queremos uma educação que forme bons profissionais e cidadãos. Para tanto, temos que debater como será financiado o trabalho para que as metas sejam atingidas", ponderou Silveira.

Especialistas defendem a gestão colaborativa

O consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Paulo de Sena Martins, ressaltou que a execução adequada do PNE passa pelo alinhamento com os estaduais, o monitoramento, a construção da sustentabilidade financeira, o compromisso dos poderes públicos e a participação da sociedade civil na fiscalização. "É fundamental o regime de colaboração entre os entes federados. O atual contexto é de crise econômica e prevê redução no investimento em educação", salientou.

De acordo com o presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Plínio Comte Bittencourt (PPS), o desafio do plano é que, de suas 20 metas previstas, cerca de 70% recaem sobre obrigações constitucionais de estados e municípios. "A União ainda contribui pouco com o financiamento da educação. Não há como enfrentar as propostas, sacrificando ainda mais os estados e municípios. Então, é preciso se pensar nisso em âmbito federal".

A diretora do Sind-UTE, Mônica Maria de Souza, cobrou uma ampla discussão do Plano Estadual de Educação na ALMG e pediu que haja efetivo financiamento para a rede de ensino. Para a vice-reitora da Universidade Federal de Ouro Preto, Célia Maria Fernandes, é importante a democratização do acesso ao ensino superior, como meta no plano, e a contribuição das universidades para a educação fundamental em seu entorno.

DESAFIOS - A professora da Universidade Federal (UFMG) Analise de Jesus da Silva disse que há três desafios para que se implemente "ensino de qualidade social" em municípios e estados: a construção de um sistema nacional de educação; a busca de uma escola única em uma sociedade plural como a brasileira; e o entendimento de todos os entes federativos, por meio de um regime de colaboração, em prol de um ensino de qualidade.

Segundo o diretor de Cooperação e Planos de Educação da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC), Geraldo Grossi Júnior, a adequação das regras de financiamento é outro ponto a ser debatido. "Estados e União precisam tomar consciência de que são também responsáveis pela educação infantil e pelos ensinos Médio e superior", ressaltou.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
DESEMBARGADOR PEDRO C. BITENCOURT MARCONDES

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO REZENDE TEIXEIRA

Diretor-Geral da Imprensa Oficial
EUGÊNIO FERRAZ

Telefone Geral: (31) 3237-3400 • Redação: (31) 3237-3453/3464 • FAX: (31) 3237-3501 • E-MAIL: libertas@iof.mg.gov.br • DISPONÍVEL NA INTERNET NO ENDEREÇO: ***www.iof.mg.gov.br***